



**BATALHA**  
MUNICÍPIO



## **RELATÓRIO**

**GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019**

**E ORÇAMENTO DE 2016**

## Conteúdos

Introdução	1
Enquadramento Orçamental	5
As Grandes Opções do Plano para 2016 - 2019 e o Orçamento para 2016	7
Medidas orientadoras da execução Orçamental 2016	10
Conclusões	11
Orçamento da Receita 2016	12
Orçamento da Despesa 2016	15
Equilíbrio Orçamental	18
Grandes Opções do Plano 2016 - 2019	19

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

## Introdução

No cumprimento dos termos legais apresentamos à Câmara e Assembleia Municipal, o Orçamento para 2016 e as Grandes Opções do Plano para 2016-2019.

O Executivo que governa o município da Batalha recebeu um mandato claro dos batalhenses nas eleições autárquicas de 29 de setembro de 2013: fazer da Batalha um melhor lugar para se viver.

Esta nossa ambição, todos concordarão nesse ponto, vale por si mesma. Mas para além do seu valor intrínseco, tem dois objetivos de grande alcance.

Primeiro objetivo: Promover a coesão social e territorial. Quando vivemos um tempo em que os compromissos são tão necessários no país, o executivo municipal apresenta uma estratégia para todos e que é partilhada sem dificuldades nem hesitações por todos os que têm uma visão positiva para o Concelho da Batalha.

Segundo objetivo: Projetar o futuro com responsabilidade. Este Executivo tem o dever moral e político de respeitar o contrato de gerações, deixando aos nossos filhos, aos batalhenses de amanhã, um território mais próspero e mais sustentável.

Há instrumentos específicos para podermos materializar a nossa estratégia. A política Orçamental é talvez um dos mais importantes.

Assumimos o presente Orçamento e as Grandes Opções do Plano no âmbito de um espaço temporal alargado. Estes dois documentos são instrumentos de política e de gestão que não podem, em qualquer circunstância, ser desligados da realidade e do contexto político do país.

A situação estrutural do país, apesar dos claros sinais de inversão de ciclo económico, é ainda de grande imprevisibilidade, nomeadamente em termos políticos e ao nível da evolução da Europa.

A evolução política em Portugal e a capacidade do futuro Governo ao nível do cumprimento de compromissos internacionais assumidos, deixa aberta a porta para a alteração brusca e imprevista de variáveis. Cenários que, confirmando-se, podem obrigar as autarquias a acomodar mudanças largas com margens de manobra mínimas.

A este respeito, o executivo identifica três grandes riscos no curto prazo ao nível das variáveis fiscais com impacto direto no Orçamento Municipal. Dois riscos do lado da receita, um risco do lado da despesa.

**Risco um, do lado da receita:** a incerteza na cobrança de IMT e da Derrama. Por imposição dos credores internacionais, foi assumido politicamente o fim do IMT. Para 2016, no âmbito das reformas estruturais que Portugal tem de continuar a fazer, e já depois de se ter conseguido protelar os prazos de implementação mas não invertendo a

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

## GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

natureza da decisão, há o risco sério deste imposto de incidência exclusivamente municipal poder começar a verificar a sua extinção. Isto significa que desaparece da coluna da receita um imposto com impacto muito significativo. De igual forma, ao nível da Derrama, a reforma do código do IRC antecipa o fim de mais um imposto municipal o que constituiria uma enorme perda em todos os orçamentos municipais.

**Risco dois, do lado da receita:** a incerteza na execução do novo ciclo de fundos estruturais Portugal 2020. Trata-se de uma componente decisiva para as autarquias e empresas, cujo desenvolvimento condiciona o arranque de inúmeros projetos estruturantes e a registarem-se atrasos no desenvolvimento dos avisos de concurso e ao nível da aprovação de candidaturas, haverá consequências para os orçamentos municipais.

**Risco três, do lado da despesa:** o comportamento da despesa social. Quer pelo aumento do IVA nas funções sociais e na prestação de bens públicos, onde as autarquias assistiram a um aumento da fatura da eletricidade por via da subida do IVA de 6% para 23%, bem como do aumento do IVA na prestação de serviços sociais; Quer no incremento das respostas sociais em domínios de combate à exclusão social e de apoio aos idosos. A pressão sobre a curva dos gastos com as prestações sociais estabilizou. Mas estamos ainda longe de poder aliviar os encargos com a rubrica de apoio social.

Assim, a prudência fiscal e orçamental é, neste contexto municipal, a melhor aliada contra a incerteza.

**Quanto mais sólidas forem as nossas finanças públicas, mais preparados estaremos para enfrentar a incerteza e eventuais choques externos. Paralelamente, quanto mais fortes forem as nossas finanças públicas mais capazes seremos de aproveitar as janelas de desenvolvimento económico, de atração de investimento e de criação de postos de trabalho.**

Com efeito, os riscos identificados são, por um lado, uma contingência que devemos ter presente, por outro lado, um desafio ao rigor e realismo orçamental, acompanhados pela ambição de desenvolver novos projetos necessariamente ponderados por níveis de prioridade e promovendo parcerias com outras entidades públicas.

Neste particular, é consabido que o executivo tem-se batido ao mais alto nível por políticas de descentralização na educação, na saúde, na segurança social e também na cultura. Entendemos que as autarquias, nestes domínios, como em outros, pela proximidade aos cidadãos e melhor conhecimento das realidades locais consegue assegurar um melhor serviço e mais eficiente na gestão de recursos.

Todavia, esta opção de descentralização apenas é viável, como sucede na Educação, através de um processo de diálogo e de concertação entre as partes, necessariamente

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

focalizado em resultados para a população, sem descurar as questões financeiras que são determinantes na sustentabilidade dos serviços públicos.

Orientados por critérios de melhoria dos serviços públicos aos nossos concidadãos e às empresas, iremos concretizar o projeto da Loja do Cidadão da Batalha, congregando no mesmo espaço os serviços locais da segurança social, finanças e da conservatória.

Trata-se de uma decisão já apresentada no quadro nacional (Portugal 2020) e regional (Centro 2020) e objeto de candidatura no âmbito do aviso de concurso já publicado (AVISO N.º CENTRO 50-2015-01), relativo às Lojas do Cidadão – Projeto Piloto (Programa Aproximar).

Está é uma opção que vai em linha com outras medidas de competitividade territorial que desejamos para o Concelho da Batalha, onde se inscrevem, por exemplo, a recente revisão do PDM ou a baixa sustentada da carga fiscal foi desenvolvida pelo Executivo desde o início do mandato.

**Preconizamos um Concelho Moderno e Competitivo, onde as empresas tenham condições de desenvolver os seus negócios, persista um ensino de qualidade e a empregabilidade seja um fator de coesão social e gerador de oportunidades para todos.**

Mas respeitar o princípio da igualdade não é tratar tudo por igual. Por isso, as políticas que propomos seguir, têm na sua base princípios de discriminação positiva.

As medidas fiscais incluídas na constituição da Área de Reabilitação Urbana e as reduções aprovadas em sede do Imposto Municipal sobre Imóveis, são dois exemplos em que uma baixa sustentada da carga fiscal foi desenvolvida pelo Executivo desde o início do mandato.

De igual forma, foi o caminho que temos prosseguido no domínio social, reforçando os apoios aos setores mais frágeis da sociedade e pugnado por políticas inclusas.

Estas opções são sustentadas e resultantes dos instrumentos ao nosso dispor que, nos últimos anos, têm estado ao serviço da compatibilização de duas tendências:

**- Equilíbrio das contas municipais e desanuviamento fiscal.**

Desde 2013 este Executivo abateu 945 mil de euros de dívida bancária.

Desde 2013, e mantendo a carga fiscal global estabilizada, este executivo desonerou as empresas e as famílias em mais de 350 mil de euros.

Para o próximo ano, o executivo vai ainda assim promover mais um alívio fiscal em sede de IMI - com a introdução do designado IMI familiar - e reforçar os valores afetos

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

para as nossas três prioridades sociais: **o apoio à primeira infância, à terceira idade e aos cidadãos portadores de deficiência.**

Quanto à implantação da ARU e os incentivos fiscais aprovados em sede do IMI, acreditamos que este é um bom ponto de partida para moralizar o sistema e criar riqueza. Moralizamos o sistema porque se cria uma distinção entre quem não cuida o património e quem o respeita. A esse respeito, os proprietários zelosos são recompensados. Criamos riqueza porque ao induzir a regeneração e reabilitação urbana em centros históricos, elevamos o perfil turístico, a qualidade de vida e a atratividade comercial da Batalha. E precisamente porque induzimos a recuperação urbana, estimulamos as pequenas e médias empresas de base local.

**Em resumo: apesar da situação na Batalha ser de exceção no panorama nacional, com uma taxa de desemprego muito inferior à média nacional, com finanças municipais em ordem, e com uma dinâmica económica assinalável, o Executivo tem consciência de que cruzamos coletivamente um tempo muito adverso pelo grau de imprevisibilidade que comporta.**

E, nesse sentido, este é um Orçamento de combate à incerteza. É um orçamento que aplica o mais pertinente princípio de prudência: prepara-nos para o pior esperando o melhor.

Este não é um Orçamento de intenções. É um Orçamento de possibilidades. É um Orçamento de realismo. É um Orçamento de rigor e estabilidade.

Com este Executivo, Batalha continuará a criar emprego, continuará a apoiar os cidadãos mais necessitados e continuará na senda da prosperidade que todos, cá dentro e lá fora, nos reconhecem.

À semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, este é um orçamento que abre espaço ao crescimento sem pôr em causa o rigor nas contas.

Em 2016 iremos continuar a pugnar pelo nosso lema: **a Batalha é um Concelho ambicioso, mas também é um Concelho de contas certas.**

Assim, os documentos previsionais aqui apresentados têm como objetivo consolidar uma estratégia política e financeira que privilegia a análise assente na gestão patrimonial em detrimento da análise com base orçamental ou de caixa.

Para 2016, o valor do orçamento está em linha dos últimos anos, quedando-se pelos 15,6 milhões de euros.

Fieis ao nosso princípio orientador, continuaremos a fazer mais. A fazer melhor. E como as contas mostram, sem gastar mais.

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

## Enquadramento Orçamental

Desde o início do presente mandato que a melhoria contínua nos serviços municipais da Batalha tem sido a pedra de toque, seja através de novos modelos de gestão e governação, seja através de uma cada vez maior cidadania participativa.

Entendemos que deve ser a autarquia a realizar parcerias público-públicas (estado central e autarquia) de forma a contratualizar com o poder central a gestão de alguns setores. Acreditamos que pela proximidade com os nossos munícipes e pela capacidade de inovação e gestão que temos demonstrado ao longo dos últimos anos, conseguiremos, além de poupança significativa por economias de escala, melhores resultados práticos na oferta e satisfação do munícipe.

Neste particular o programa “Aproximar” que estamos a desenvolver nas áreas da Educação e da Modernização Administrativa são um bom exemplo de proximidade e otimização da gestão municipal, com benefícios evidentes para o desenvolvimento local.

Ambicionamos uma prestação de serviço público de qualidade ao munícipe. Eficiente e eficaz, ao mesmo tempo que economicamente vantajoso. Aumentar a qualidade, reduzindo os custos, foi o que nos propusemos a fazer no universo autárquico, com sucesso e inovação.

É certo que a Batalha, no contexto regional e até nacional, tem uma situação invejável nas várias vertentes da sustentabilidade social, económica e ambiental, mas tal não permite que deixemos de nos precaver dos efeitos nefastos e das suas consequências em cada uma dessas vertentes da sustentabilidade, em especial a social.

### **Continuaremos a investir na área social e em quem mais precisa.**

A Batalha há vários anos é reconhecida por medidas de responsabilidade social, desde medidas no tarifário da água para carenciados e famílias numerosas, como, mais recentemente, através de programas inovadores como o Fundo de Emergência Social ou o programa de teleassistência domiciliária para Idosos.

Mas também na gestão dos recursos financeiros somos referenciados positivamente, promovendo o investimento necessário e programado, conseguindo cumprir as obrigações para com os trabalhadores, fornecedores e parceiros institucionais, em especial os que desenvolvem a sua atividade nos setores sociais.

Vejamos alguns dados que perspetivam as contas municipais para 2016:

- o serviço da dívida corresponde a 1,41% das receitas totais e os encargos financeiros 0,20% das despesas correntes;
- prevemos continuar a reduzir o endividamento municipal para 1,1 M;

## GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

- o município tem ainda mais de 9,8 Milhões de euros de capacidade de endividamento;
- o universo municipal regista apenas um aumento de 22 trabalhadores (173 no total), apesar de termos incorporado 66 postos de trabalho previstos e ocupados em regime de mobilidade, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação, bem como do protocolo celebrado entre o Turismo Centro Portugal (TCP) e o Município da Batalha, para acolher uma colaboradora daquela Entidade.

Sustentados no trabalho que até aqui temos realizado, apresentamos assim, ao executivo e Assembleia Municipal, um orçamento para garante do futuro, sem desperdiçar as oportunidades decorrentes da avaliação da estratégia que temos vindo a implementar feita por parceiros e investidores.



# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

## As Grandes Opções do Plano para 2016 - 2019 e o Orçamento para 2016

A Autarquia da Batalha tem tido uma boa gestão. Mas para o futuro, e porque se abriu um novo ciclo político, com um novo Executivo e com um novo realinhamento das orientações estratégicas, temos a confiança e a convicção de que seremos capazes de gerir melhor. Dito de outra forma, **estamos preparados para fazer mais, melhor e com menos.**

Para 2016, a política Orçamental, económico-financeira e fiscal do Município continuará a ser promovida visando sempre: (1) aumentar a execução do investimento previsto; (2) otimizar os custos correntes de estrutura; (3) reforçar a autonomia financeira da autarquia.

A qualidade do gasto público, bem como o acompanhamento rigoroso das despesas de investimento vão continuar a ser uma prioridade também para o quadriénio.

O novo ciclo de fundos europeus – Portugal 2020, bem como a boa saúde financeira do Município, enquadraram-nos no desenvolvimento de estratégias e políticas que, capitalizando a posição de exceção da Batalha quando comparado com outros municípios e regiões, permitirá ao Executivo descortinar novas oportunidades.

Oportunidades que não deixaremos escapar e que colocaremos ao serviço de novas linhas de desenvolvimento, com isso garantindo a coesão e a equidade social e geracional.

As Grandes Opções do Plano permitem, por isso, assegurar uma trajetória de Crescimento Sustentado, através de políticas públicas de pendor personalista e humanista de reforço da coesão social do Concelho, de promoção de igualdade de oportunidades e de diminuição das assimetrias que ainda persistem no Concelho.

Assim a atividade da edilidade assentará em algumas premissas inalienáveis e que permitirão valorizar cada vez mais o posicionamento do município no ranking nacional das melhores práticas e da melhor qualidade de vida, colocando o concelho ao serviço de uma cidadania integral para todos os que cá vivem, trabalham ou visitam.

São as seguintes, as intervenções consideradas prioritárias para o horizonte das Grandes Opções do Plano:

- **I - Promover a economia e a competitividade**

A Batalha possui uma estrutura produtiva diversificada, em que coexistem áreas de especialização tradicionais (cerâmica e minerais não metálicos), com atividades económicas mais recentes, assentes em tecnologia (metalomecânica, moldes, equipamentos), mas igualmente atividades intensivas em conhecimento

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

## GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

(tecnologias da informação, biotecnologia, energias renováveis, novos materiais e saúde). A concretização de todo o seu potencial assenta, em boa medida, numa forte base de **reforço da industrialização já existente** e com fortes tradições na Região Centro, adaptando-a aos novos desafios, através da constante adoção das melhores práticas direcionadas para o **reforço da produtividade, da eficácia e da eficiência**, através de uma constante inovação, suportada numa sólida base de conhecimento, de I&D e de capital humano qualificado;

- **II - Valorizar o território e os recursos naturais**

Neste domínio, a recente delimitação de uma **Área de Reabilitação Urbana (ARU)** da Vila da Batalha expressa a necessidade de dar corpo a uma solução mais integrada e alargada ao nível do espaço público e do edificado. Na base da delimitação da ARU (Aviso n.º 4157/2014, de 26 de março) estão intrinsecamente associadas ações nos domínios da reabilitação urbana, da qualificação ambiental dos espaços verdes e do património edificado.

**As ações em matéria de reabilitação urbana e dotação de equipamentos e serviços coletivos não se esgotam na sede de Concelho**, pelo que o Município estabeleceu um conjunto de intervenções a este nível para as sedes de freguesia, em função das necessidades mais prementes e assegurando a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social, tal como preconizado pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;

- **III - Promover a coesão social e a melhoria da qualidade de vida**

Neste capítulo, damos particular enfoque à **valorização dos recursos específicos do território** e ao reforço da sua identidade, potenciando novos projetos que correspondam aos anseios e necessidades da população e às potencialidades de cada espaço geográfico.

Merece natural destaque, **o potencial turístico e cultural do Concelho**, estando intrinsecamente ligado à presença de valores naturais em solo rural, pelo que se pretende reforçar as redes de percursos pedestres e de BTT e criar um novo roteiro turístico associado ao conceito de "aldeias inclusivas", assim como a instalação de empreendimentos turísticos numa lógica de sustentabilidade e de aproveitamento dos recursos endógenos, onde projetos como a reabilitação das antigas escolas primárias nas aldeias ou a reabilitação das pedreiras históricas têm lugar. O Concelho da Batalha, apresenta ainda um relevante conjunto de valores patrimoniais arquitetónicos, com especial ênfase para o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Património Mundial da Humanidade, que gera importantes fluxos turísticos, que interessam rentabilizar.

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

## GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

- **IV - Reforçar o potencial humano, institucional e a inclusão social**

No que diz respeito à coesão e inclusão social o Município tem vindo a desenvolver projetos que integram as questões da pobreza e exclusão social, da cidadania e participação cívica, da discriminação social de grupos particularmente vulneráveis, e ainda, da igualdade de género e da conciliação entre vida profissional e vida familiar.

Neste âmbito é de **destacar o papel da Rede Social** em matéria de “promoção de um conceito de cidadania e o do reconhecimento da importância da igualdade de oportunidades como forma de combater a desigualdade e a exclusão social”. Estes projetos englobam o estabelecimento de planos de ação e o envolvimento de parceiros ativos locais, como as IPSS, Segurança Social, entre outros e visam colmatar as necessidades identificadas de apoio à infância e terceira idade, no que diz respeito à construção de equipamentos sociais.

Em matéria da formação e educação, **o Município da Batalha tem competências alargadas** para além do ensino pré-escolar e 1º ciclo, áreas sobre as quais tem reforçado a *ação social escolar, os transportes escolares e novas respostas extracurriculares*. No domínio dos equipamentos educativos e, tendo como referência a implementação das propostas plasmadas na Carta Educativa, encontra-se em fase de projeto o centro educativo do Reguengo do Fetal e a requalificação da Escola Básica e Secundária da Batalha, dando resposta, desta forma, aos objetivos em termos de oferta da rede escolar e modernização do parque escolar.

Em linha de conta com as orientações estratégicas para o setor da economia social, o Município reforçará os seus laços de cooperação institucional, de modo a proporcionar aos seniores oportunidades de um envelhecimento saudável e ativo.

O Município pretende ainda criar uma **nova geração de políticas que possibilitem mobilizar os agentes da educação, a economia e a comunidade, em projetos de natureza transversal no domínio das TIC**, com a preocupação pela inclusão digital, mobilizando a sua capacidade para garantir serviços à distância, seja informacionais seja de substituição da presença (Ex. Sistema Integrado de Apoio à Educação, Academia Sénior, etc.).

Outro desígnio será o de **aproximar a administração pública dos cidadãos**. Algumas que estão a ser implementadas pelo Município têm em vista a construção de um modelo mais eficaz de prestação de serviços públicos integrados na rede de Lojas do Cidadão. Tal modelo passará por concentrar na “Loja do Cidadão da Batalha” diferentes serviços da Administração Central e Local, através de Balcões Multisserviços.

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

## Medidas orientadoras da execução Orçamental 2016

1. A DAG no âmbito dos procedimentos de atribuição de subsídios (capital ou correntes) deverá de garantir (na sua cabimentação) que essas entidades procedem ao depósito na DECD das suas prestações de contas aprovadas pelos respetivos órgãos e demais documentos já hoje obrigatórios;
2. Eliminar todos os compromissos não realizados e excedentes de requisições externas respeitantes ao exercício de 2014 e anteriores;
3. Reforçar as medidas de racionalização de água e luz, em particular nos edifícios municipais e sistemas de rega;
4. Reavaliar a frota automóvel/maquinaria municipal e a sua gestão, reduzindo-a, bem como a fatura com manutenções e combustíveis, readequando-a e racionalizando-a através de permutas e alienações, promovendo a utilização de energias limpas;
5. Acelerar os processos de alienação de imóveis em curso;
6. Reavaliar a forma de concessão das dotações com todos os protocolos e subsídios, reforçando a obrigatoriedade de justificação de propostas, definindo metas e objetivos, com exceção daqueles que tenham cariz social;
7. Reduzir o endividamento municipal;
8. Criar a obrigatoriedade de todas as propostas de investimento (no universo municipal consolidado) acima de €100.000, sempre que possível e excluindo as empreitadas, estarem alicerçadas num estudo de viabilidade económica;
9. Implementar plataforma de gestão na função de Educação, como forma evitar duplicações de serviços e otimizar recursos;
10. Melhorar a comunicação entre as diversas divisões de forma a incentivar a celeridade na cobrança de receita municipal, nomeadamente das taxas devidas pela publicidade, reclamos, toldos e mobiliário urbano, em espaço público.

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

## Conclusões

- i. Delineados os objetivos e estratégia financeira do Município para o ano de 2016, importa, por último, referir que as **linhas de orientação para a elaboração e construção do Orçamento 2016 se basearam em princípios de rigor, diálogo, partilha, transparência, contenção e racionalização.**
- ii. Reiteramos que este não é um orçamento de intenções. **É um orçamento de possibilidades e de necessidades.** Das possibilidades e necessidades reais da Batalha. Princípios estes que estarão igualmente patentes no acompanhamento e execução orçamental, de forma a assegurar a concretização dos objetivos agora propostos.
- iii. Cientes dos tempos conturbados que continuaremos a cruzar em 2016, é absolutamente necessário manter a exigência de contenção a todos os eleitos, dirigentes e serviços municipais, assim como a todos os colaboradores, certos que este esforço continua a ser fundamental para **consolidar o futuro de esperança dos munícipes e da Batalha.**

Batalha, 29 outubro de 2015

**O Presidente da Câmara Municipal da Batalha**

Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

## Orçamento da Receita 2016

No mapa 1 evidencia-se a distribuição da receita orçamentada para 2016 por classificação económica.

Do total da receita destacam-se os Impostos Diretos (26,89%) e as Transferências Correntes (47,57%).

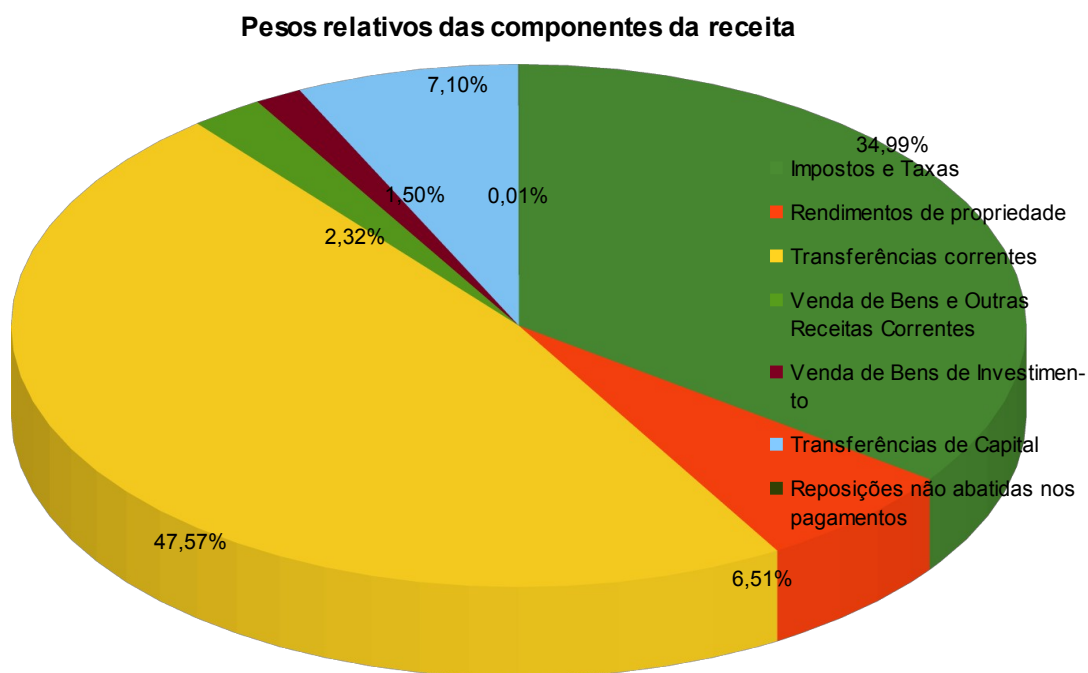
### Composição da Receita para 2016 e pesos percentuais.

**Mapa 1 - Pesos percentuais por classificação económica da Receita 2016**

Designação	Orçado 2016	Pesos Percentuais
Impostos Diretos	2 847 008,00	26,89%
Impostos Indiretos	78 067,00	0,74%
Taxas, multas e outras penalidades	779 247,00	7,36%
Rendimentos de propriedade	689 445,00	6,51%
Transferências correntes	5 036 139,00	47,57%
Venda de Bens e Prestações de Serviços	237 930,00	2,25%
Outras Receitas Correntes	7 400,00	0,07%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>9 675 236,00</b>	<b>91,38%</b>
Venda de Bens de Investimento	158 000,00	1,49%
Transferências de Capital	752 105,00	7,10%
Ativos Financeiros	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	1 000,00	0,01%
<b>Receita de Capital</b>	<b>911 105,00</b>	<b>8,61%</b>
Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000,00	0,01%
Saldo de Gerência		0,00%
<b>Outras Receitas</b>	<b>1 000,00</b>	<b>0,01%</b>
<b>Receita Total</b>	<b>10 587 341,00</b>	<b>100,00%</b>

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

Graficamente, a distribuição da receita, por classificação económica, pode ver-se no gráfico seguinte:



# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

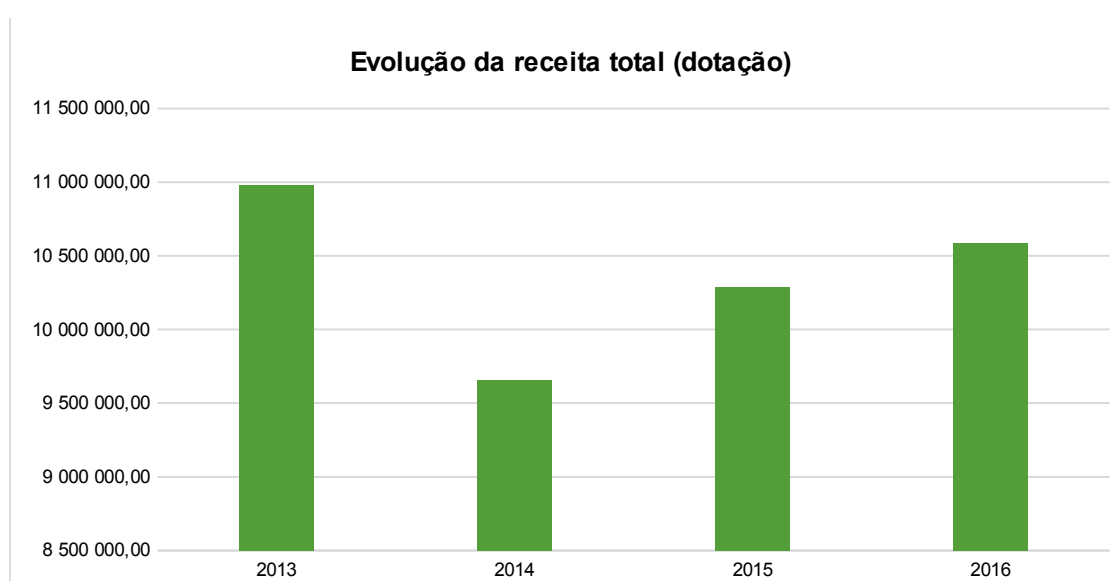
# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

## Evolução da Receita Orçada 2013 a 2016

A dotação global do Orçamento da Receita para 2016 apresenta um acréscimo de apenas 2,93% (€ 10.587.341) face ao orçamentado no ano 2015 (€ 10.286.259).

**Mapa 2 – Evolução da Receita Orçada 2013-2016**

Designação	Orç 2013	Orç 2014	Variação 13/14	Orç. 2015	Variação 14/15	Orç. 2016	Variação 15/16
Impostos Diretos	2 593 680,00	2 534 191,00	-2,29%	2 807 081,00	10,77%	2 847 008,00	1,42%
Impostos Indiretos	88 959,00	87 617,00	-1,51%	88 853,00	1,41%	78 067,00	-12,14%
Taxas, multas e outras penalidades	554 524,00	625 576,00	12,81%	606 374,00	-3,07%	779 247,00	28,51%
Rendimentos de propriedade	536 663,00	567 778,00	5,80%	565 614,00	-0,38%	689 445,00	21,89%
Transferências correntes	2 937 130,00	3 912 790,00	33,22%	4 028 311,00	2,95%	5 036 139,00	25,02%
Venda de Bens e Prestações de Serviços	484 016,00	170 051,00	-64,87%	312 728,00	83,90%	237 930,00	-23,92%
Outras Receitas Correntes	4 697,00	35 000,00	645,16%	2 720,00	-92,23%	7 400,00	172,06%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>7 199 669,00</b>	<b>7 933 003,00</b>	<b>10,19%</b>	<b>8 411 681,00</b>	<b>6,03%</b>	<b>9 675 236,00</b>	<b>15,02%</b>
Venda de Bens de Investimento	100 000,00	0,00	-100,00%	549 176,00		158 000,00	-71,23%
Transferências de Capital	3 570 645,00	1 710 244,00	-52,10%	1 320 402,00	-22,79%	752 105,00	-43,04%
Ativos Financeiros	0,00	0,00		0,00		0,00	
Passivos Financeiros	100 000,00	0,00	-100,00%	0,00		0,00	
Outras Receitas de Capital	2 000,00	12 000,00	500,00%	3 000,00	-75,00%	1 000,00	-66,67%
<b>Receita de Capital</b>	<b>3 772 645,00</b>	<b>1 722 244,00</b>	<b>-54,35%</b>	<b>1 872 578,00</b>	<b>8,73%</b>	<b>911 105,00</b>	<b>-51,34%</b>
Reposições não abatidas nos pagamentos	10 000,00	1 000,00	-90,00%	2 000,00	100,00%	1 000,00	-50,00%
Saldo de Gerência	0,00	0,00		0,00		0,00	
<b>Outras Receitas</b>	<b>10 000,00</b>	<b>1 000,00</b>	<b>-90,00%</b>	<b>2 000,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 000,00</b>	<b>-50,00%</b>
<b>Receita Total</b>	<b>10 982 314,00</b>	<b>9 656 247,00</b>	<b>-12,07%</b>	<b>10 286 259,00</b>	<b>6,52%</b>	<b>10 587 341,00</b>	<b>2,93%</b>





# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

## Orçamento da Despesa 2016

No mapa 3 evidencia-se a distribuição do montante de despesa orçamentada para 2016 por classificação económica.

Do total salienta-se as despesas com Aquisição de Bens e Serviços Correntes (45,51%), sendo que cerca de 30 % deste valor diz respeito à aquisição de serviços com a recolha de resíduos, limpeza urbana de terrenos e de ribeiras. Seguida das despesas de Pessoal (21,80%) e de Aquisição de Bens de Investimento (12,75 %).

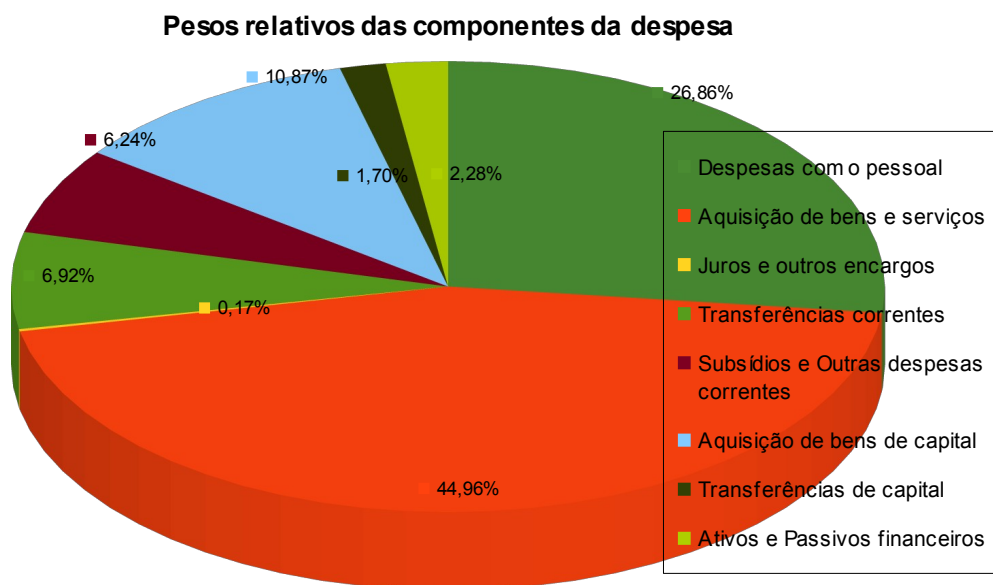
### Composição da Despesa para 2015 e pesos percentuais

*Mapa 3 – Pesos percentuais por classificação económica da despesa*

Designação	Orçado 2016	Pesos Percentuais
Despesas com o pessoal	2 844 232,00	26,86%
Aquisição de bens e serviços	4 760 104,00	44,96%
Juros e outros encargos	17 635,00	0,17%
Transferências correntes	732 441,00	6,92%
Subsídios	561 000,00	5,30%
Outras despesas correntes	99 714,00	0,94%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>9 015 126,00</b>	<b>85,15%</b>
Aquisição de bens de capital	1 150 914,00	10,87%
Transferências de capital	179 660,00	1,70%
Ativos financeiros	71 370,00	0,67%
Passivos financeiros	170 271,00	1,61%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>1 572 215,00</b>	<b>14,85%</b>
<b>Despesa Total</b>	<b>10 587 341,00</b>	<b>100,00%</b>

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

À semelhança da receita, pode ver-se graficamente, a distribuição por classificação económica:



# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

## Evolução da Despesa Orçada 2013 a 2016

O Orçamento da Despesa para 2016 apresenta um ligeiro aumento de 2,93% na sua dotação total face à de 2015, passando de € 10.286.259 (2014) para € 10.587.341 (2016).

**Mapa 4 – Evolução da despesa Orçada 2013-2016**

Designação	Orç 2013	Orç 2014	Variação 2013/2014	Orç. 2015	Variação 2014/2015	Orçado 2016	Variação 2015/2016
Despesas com o pessoal	1 893 535,00	1 897 811,00	0,23%	2 133 667,00	12,43%	2 844 232,00	33,30%
Aquisição de bens e serviços	4 444 388,00	4 653 861,00	4,71%	4 883 622,00	4,94%	4 760 104,00	-2,53%
Juros e outros encargos	53 806,00	122 695,00	128,03%	19 200,00	-84,35%	17 635,00	-8,15%
Transferências correntes	427 286,00	437 530,00	2,40%	427 830,00	-2,22%	732 441,00	71,20%
Subsídios	248 000,00	520 220,00	109,77%	544 451,00	4,66%	561 000,00	3,04%
Outras despesas correntes	108 768,00	74 995,00	-31,05%	87 633,00	16,85%	99 714,00	13,79%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>7 175 783,00</b>	<b>7 707 112,00</b>	<b>7,40%</b>	<b>8 096 403,00</b>	<b>5,05%</b>	<b>9 015 126,00</b>	<b>11,35%</b>
Aquisição de bens de capital	3 438 921,00	1 428 118,00	-58,47%	1 761 326,00	23,33%	1 150 914,00	-34,66%
Transferências de capital	123 813,00	356 233,00	187,72%	206 160,00	-42,13%	179 660,00	-12,85%
Ativos financeiros	0,00	0,00		71 370,00		71 370,00	0,00%
Passivos financeiros	243 797,00	164 784,00	-32,41%	151 000,00	-8,36%	170 271,00	12,76%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>3 806 531,00</b>	<b>1 949 135,00</b>	<b>-48,79%</b>	<b>2 189 856,00</b>	<b>12,35%</b>	<b>1 572 215,00</b>	<b>-28,20%</b>
<b>Despesa Total</b>	<b>10 982 314,00</b>	<b>9 656 247,00</b>	<b>-12,07%</b>	<b>10 286 259,00</b>	<b>6,52%</b>	<b>10 587 341,00</b>	<b>2,93%</b>

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

## Equilíbrio Orçamental

A Proposta do Orçamento para 2016, encontra-se equilibrada uma vez que a receita corrente bruta é superior à despesa corrente adicionada das amortizações médias de empréstimos a M/L prazos, de acordo com o art.º 40 da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro.

**Mapa 5 – Equilíbrio Orçamental**

Receita Corrente Bruta	<b>9 675 236,00</b>	Despesa Corrente	<b>9 015 126,00</b>
		Amortizações Médias dos empréstimos de M/L prazos	<b>149 085,59</b>
<b>Total (1)</b>	<b>9 675 236,00</b>	<b>Total (2)</b>	<b>9 164 211,59</b>
<b>Receita Corrente Bruta Despesa corrente + amortizações Médias Empréstimos M/L prazos (3) = (1) - (2)</b>			<b>511 024,41</b>

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

## Grandes Opções do Plano 2016 - 2019

Em termos orçamentais podemos observar, as GOP para 2016 – 2019 ao nível do “Programa”, no mapa que se segue.

**Mapa 6 – Grandes Opções do Plano 2016-2019**

Obj.	Prog.	Descrição	2016			2017	2018	2019
			Finan. Defin	Financ. Não Def.	Total			
<b>1</b>		<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>620 100,00</b>	<b>452 090,00</b>	<b>1 072 190,00</b>	<b>192 000,00</b>	<b>192 000,00</b>	<b>191 000,00</b>
	111	Administração Geral	500 500,00	261 000,00	761 500,00			
	121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	119 600,00	191 090,00	310 690,00	192 000,00	192 000,00	191 000,00
<b>2</b>		<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>4 881 335,00</b>	<b>1 808 338,00</b>	<b>6 689 673,00</b>	<b>9 356 634,00</b>	<b>8 674 881,00</b>	<b>1 583 306,00</b>
	211	Ensino Não Superior	388 174,00	1 000 000,00	1 388 174,00	2 796 765,00		
	212	Serviços Auxiliares de Ensino	1 060 832,00		1 060 832,00			
	221	Serviços Individuais de Saúde	19 640,00	75 000,00	94 640,00	600 000,00		
	232	Ação Social	104 300,00		104 300,00			
	241	Habitação			0,00			
	242	Ordenamento do Território	106 600,00	389 038,00	495 638,00	2 525 000,00	5 330 000,00	1 075 000,00
	243	Saneamento	939 061,00	94 000,00	1 033 061,00	2 004 675,00	1 751 140,00	508 306,00
	244	Abastecimento de Água	221 800,00		221 800,00	845 194,00	1 593 741,00	
	245	Resíduos Sólidos	818 728,00		818 728,00			
	246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	253 100,00	65 000,00	318 100,00	35 000,00		
	251	Cultura	562 100,00		562 100,00			
	252	Desporto, Recreio e Lazer	401 000,00	105 000,00	506 000,00	550 000,00		
	253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	6 000,00	80 300,00	86 300,00			
<b>3</b>		<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>172 394,00</b>	<b>618 117,00</b>	<b>790 511,00</b>	<b>2 265 825,00</b>	<b>2 899 175,00</b>	<b>0,00</b>
	320	Indústria e Energia	21 500,00	207 794,00	229 294,00	1 996 825,00	2 899 175,00	
	331	Transportes Rodoviários	117 894,00	364 323,00	482 217,00			
	342	Turismo	33 000,00	46 000,00	79 000,00	269 000,00		
<b>4</b>		<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>333 881,00</b>	<b>80 000,00</b>	<b>413 881,00</b>	<b>71 370,00</b>	<b>71 370,00</b>	<b>71 370,00</b>
	410	Operações da Dívida Autárquica	241 641,00	80 000,00	321 641,00	71 370,00	71 370,00	71 370,00
	420	Transferências entre Administrações	92 240,00		92 240,00			
<b>Total</b>			<b>6 007 710,00</b>	<b>2 958 545,00</b>	<b>8 966 255,00</b>	<b>11 885 829,00</b>	<b>11 837 426,00</b>	<b>1 845 676,00</b>

### Resumo GOP's

Obj.	Prog.	Descrição	2016			2017	2018	2019
			Finan. Defin	Financ. Não Def.	Total			
1		Funções Gerais	620 100,00	452 090,00	1 072 190,00	192 000,00	192 000,00	191 000,00
2		Funções Sociais	4 881 335,00	1 808 338,00	6 689 673,00	9 356 634,00	8 674 881,00	1 583 306,00
3		Funções Económicas	172 394,00	618 117,00	790 511,00	2 265 825,00	2 899 175,00	0,00
4		Outras Funções	333 881,00	80 000,00	413 881,00	71 370,00	71 370,00	71 370,00
<b>Total Geral</b>			<b>6 007 710,00</b>	<b>2 958 545,00</b>	<b>8 966 255,00</b>	<b>11 885 829,00</b>	<b>11 837 426,00</b>	<b>1 845 676,00</b>

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

A distribuição do orçamento da despesa é uniforme ao longo do quadriênio, conforme se verifica facilmente no mapa anterior do resumo das GOP.

Em 2016 o Objetivo com maior volume de despesa orçamentada é o das "Funções Sociais" (€ 6.689.673), seguido imediatamente do das "Funções Gerais" (€ 1.072.190).

## Grandes Opções do Plano 2016 (PPI + AMR)

No mapa 8 encontra-se retratada a distribuição das GOP, desagregando o PPI e as AMR.

Os programas com maior volume de investimento orçamentado no ano de 2016 são na de Educação (Ensino Não Superior + Serviço Auxiliares de Ensino), seguidos das componentes ambientais (Saneamento, Abastecimento de Água e Resíduos Sólidos).

**Mapa 8 – Grandes Opções do Plano (PPI+AMR)**

Obj	Prog.	Descrição	2016		
			PPI	AMR	Total
<b>1</b>		<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>395 200,00</b>	<b>224 900,00</b>	<b>620 100,00</b>
	111	Administração Geral	394 700,00	105 800,00	500 500,00
	121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	500,00	119 100,00	119 600,00
<b>2</b>		<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>684 320,00</b>	<b>4 197 015,00</b>	<b>4 881 335,00</b>
	211	Ensino Não Superior	167 000,00	221 174,00	388 174,00
	212	Serviços Auxiliares de Ensino	0,00	1 060 832,00	1 060 832,00
	221	Serviços Individuais de Saúde	6 000,00	13 640,00	19 640,00
	232	Ação Social	29 000,00	75 300,00	104 300,00
	241	Habitação	0,00	0,00	0,00
	242	Ordenamento do Território	100 600,00	6 000,00	106 600,00
	243	Saneamento	11 500,00	927 561,00	939 061,00
	244	Abastecimento de Água	211 120,00	10 680,00	221 800,00
	245	Resíduos Sólidos	0,00	818 728,00	818 728,00
	246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	46 600,00	206 500,00	253 100,00
	251	Cultura	5 000,00	557 100,00	562 100,00
	252	Desporto, Recreio e Lazer	101 500,00	299 500,00	401 000,00
	253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	6 000,00	0,00	6 000,00
<b>3</b>		<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>171 394,00</b>	<b>1 000,00</b>	<b>172 394,00</b>
	320	Indústria e Energia	21 500,00		21 500,00
	331	Transportes Rodoviários	117 894,00		117 894,00
	342	Turismo	32 000,00	1 000,00	33 000,00
<b>4</b>		<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>151 030,00</b>	<b>182 851,00</b>	<b>333 881,00</b>
	410	Operações da Dívida Autárquica	71 370,00	170 271,00	241 641,00
	420	Transferências entre Administrações	79 660,00	12 580,00	92 240,00
		<b>Total</b>	<b>1 401 944,00</b>	<b>4 605 766,00</b>	<b>6 007 710,00</b>



Cópia de parte da

-----Ata Nº. 25/2015 -----

Aos **vinte e seis** dias do mês de **outubro** do ano de **dois mil e quinze**, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na Vila da Batalha, reuniu, em sessão *ordinária*, a Câmara Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores: -----

**Presidente:-----PAULO JORGE FRAZÃO BATISTA DOS SANTOS-----**

**Vice-Presidente:---CARLOS ALBERTO OLIVEIRA HENRIQUES -----**

**Vereadores:-----CARLOS AGOSTINHO COSTA MONTEIRO -----**

-----**CÍNTIA MANUELA DA SILVA -----**

-----**CARLOS EMANUEL OLIVEIRA REPOLHO -----**

-----**NUNO RICARDO SILVA BARRACA-----**

-----**ANDRÉ DA COSTA LOUREIRO -----**

-----\*\*-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

(...)

**DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0575/D.A.G. (SOC) -----**

**Orçamento para o Ano de 2016 -----**

**Discussão e Aprovação -----**

**MGD n.º 176-10/2015 -----**

----- Para apreciação do Executivo, foi presente o Orçamento para o ano de 2016, tendo por base a proposta n.º 95/2015/GAP emitida em 23 de outubro de 2015 pelo Senhor Presidente da Câmara, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos. -----

----- Após análise e explicação detalhada dos documentos supracitados e alguns esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade: -----

a) Aprovar o “Orçamento Municipal para o ano de 2016”, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido (registado no MGD n.º 176-10/2015);-----

b) Submeter a presente deliberação à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do estatuído na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º, artigo 44.º e n.º 1 do artigo 45.º, todos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.-----



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)

Página 2 de 2

-----\*\*-----

Aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

Está conforme o documento original existente no arquivo desta Câmara Municipal, o que certifico.

Batalha, aos 30-10-2015

**O Presidente da Câmara Municipal**

Astinado da forma digital por PAULO JORGE  
FRAZÃO BATISTA DOS SANTOS  
DN: cn=PT, ou=Camãrio da Cidadã, o=Cãdã  
Portugal, ou=Associaães Quãstãda da  
Cãdã, ou=FRAZÃO BATISTA DOS SANTOS,  
givenName=PAULO JORGE  
serialNumber=8765322665, cn=PAULO JORGE  
FRAZÃO BATISTA DOS SANTOS  
Date: 2015.10.30 12:57:30 Z

(Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos)





Cópia de parte da

----- Ata N.º 26/2015 -----

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na Vila da Batalha, reuniu, em *sessão ordinária*, a Câmara Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores:-----

Presidente:----- PAULO JORGE FRAZÃO BATISTA DOS SANTOS-----

Vice-Presidente: -- CARLOS ALBERTO OLIVEIRA HENRIQUES -----

Vereadores: ----- CARLOS AGOSTINHO COSTA MONTEIRO -----

----- CÍNTIA MANUELA DA SILVA-----

----- CARLOS EMANUEL OLIVEIRA REPOLHO-----

----- NUNO RICARDO SILVA BARRACA -----

----- ANDRÉ DA COSTA LOUREIRO-----

----- \*\* -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

(...)

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0598/D.A.G. (SOC)-----

Norma de Controlo Interno-----

MGD n.º 188 de 09/11/2015 -----

----- Presente proposta n.º 102/2015/G.A.P. emitida em 06/11/2015 pelo senhor presidente da Câmara Municipal da Batalha, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, a informar que, «Considerando,-----  
As competências da Câmara Municipal no âmbito da elaboração dos documentos previsionais, conforme alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

O órgão executivo aprovou, por unanimidade, no passado dia 26 de outubro, as Grandes Opções do Plano (GOP's) e o Orçamento para o ano de 2016,-----

A necessidade de o Executivo ter de aprovar os documentos anexos às GOP's e Orçamento, designadamente, a Norma de Controlo Interno, o Plano Anticorrupção e de Infrações Conexas, o Mapa de Pessoal e os Objetivos Estratégicos e Operacionais de cada Unidade Orgânica;-----

----- Foi presente, para apreciação do Executivo, a Norma de Controlo Interno (NCI), elaborada em conformidade com as disposições constantes do Dec. Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, diploma que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), na sua redação atual, assim como as normas a vigorar decorrentes da aplicação da Lei de Execução Orçamental (LEO), do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais consignado na Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, e todos os limites legais impostos para controlar o



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)

Página 2 de 2

endividamento. A NCI é aplicável a todos os Serviços da Câmara Municipal da Batalha e não sofreu quaisquer alterações na sua redação. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, que os serviços competentes da Autarquia procedam à inserção do documento em apreço no Orçamento para 2016.-----

-----\*\*-----

Aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

Está conforme o documento original existente no arquivo desta Câmara Municipal, o que certifico.

Batalha, aos 16-11-2015

O Presidente da Câmara Municipal

(Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos)



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA

Cópia de parte da

----- ATA N.º 06/2015 -----

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na Vila da Batalha, reuniu, em *sessão ordinária*, a Assembleia Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais (...)

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

(...)

----- Ponto 3 -----

Apreciar e deliberar sobre o Orçamento para o ano de 2016 – alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º e artigo 44.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

MGD n.º 176 de out/2015 -----

Discussão e deliberação quanto à aprovação do Orçamento para o ano de 2016, de acordo com o estatuído na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º e alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e alínea a) do n.º 2 do art.º 6.º e art.º 44.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 03/09

Após prévio esclarecimento prestado pelo Senhor Presidente da Câmara, relativamente à natureza das receitas e das despesas consideradas no Orçamento de 2016, bem como dos principais objetivos que se pretendem alcançar com a elaboração do documento em apreço, o qual foi previamente aprovado pelo Executivo Municipal, em reunião de 26 de outubro de 2015, através da Deliberação nr.º 2015/0575/D.A.G. (SOC), foi o ponto posto a discussão

Após diversas questões colocadas pelos Deputados Municipais intervenientes neste ponto, e por mais ninguém querer discutir o **ponto 3** da Ordem de Trabalhos, foi o mesmo posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido aprovado por unanimidade, o Orçamento para o ano de 2016 (documento registado no MGD n.º 176 e que aqui se dá por integralmente reproduzido).

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.

----- \*\* -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA

Cópia de parte da

-----  
Está conforme o original existente no arquivo desta Assembleia Municipal, o que certifico.  
Assembleia Municipal da Batalha, aos 30 dias do mês de novembro de 2015. -----

-----  
\*\*  
-----

**O Presidente da Assembleia Municipal**

**(António José Martins de Sousa Lucas)**

**Assembleia Municipal da Batalha**